



Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP

Belo Horizonte, ano 15, n. 175, jul. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ Notas sobre a ineficiência das empresas estatais e suas causas
Carolina Barros Fidalgo
- ◆ Prorrogação antecipada dos contratos de arrendamento portuário
Eduardo da Costa Lima
- ◆ Da não incidência de PIS e COFINS sobre ingressos das entidades fechadas de previdência complementar em face da inexistência de prestação de serviço
Felipe Carvalho Olegário de Souza
- ◆ A possibilidade de participação de parentes de servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante em certame com cláusulas uniformes
Márcio Berto Alexandrino de Oliveira
- ◆ A tolerabilidade justificada de desconformidades construtivas
Pedro de Menezes Niebuhr

Orientações Práticas em Gestão Pública

- ◆ Contratação sem projeto básico e projeto executivo

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Processo Civil – Administrativo – Recurso Especial – Tribunal de Contas da União – Processo de Tomada de Contas Especial – Ação de ressarcimento – Artigo 37, §5º, da Constituição Federal de 1988 – Tese de prescrição administrativa – Ausência ou falha na prestação de contas – Imputação do débito e aplicação de sanção – Não configuração de hipótese de imprescritibilidade – Lacuna legislativa – Ausência de previsão legal quanto do prazo para atuação do Tribunal de Contas – Necessidade de integração por analogia – Aplicação do prazo quinquenal – arts. 1º, do Decreto 20.910/32 e 1º, da Lei 9.873/99
- ◆ **Tribunal de Contas da União**
TCU – Acompanhamento – Dispensa de licitação – Artigo 25, da Lei nº 8.666/93 – Impossibilidade de contratação direta em razão, única e exclusivamente, da relação societária entre a empresa estatal e a sociedade na qual detém participação acionária – Relação que não caracteriza a inexigibilidade de licitação pela inviabilidade de

competição – Possibilidade de outras empresas concorrerem ao procedimento licitatório

◆ **Tribunal de Contas da União**

Representação – Licitação – Pregão Eletrônico – Serviços de comunicação digital – Predominância do caráter intelectual e criativo do serviço a ser contratado, que são assemelhados aos de publicidade e propaganda, na definição de serviços comuns estabelecida na Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) – Compatibilidade da modalidade de concorrência para os serviços de comunicação digital

◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

Ação Civil Pública – Convênio entre a Secretaria da Receita Federal e Instituto Procomex – Melhoria do comércio exterior – Lei nº 8.666/93 – Inaplicabilidade aos convênios sem repasse de verba pública – Favorecimento das empresas participantes do Instituto Procomex – Inocorrência – Plano de trabalho – Inexistência de repasse de verbas públicas

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Administrativo – Credenciamento de empresas de aviação para fornecimento de passagens aéreas à Administração Pública – Dispensabilidade da intermediação de agências de viagens e turismo – Inviabilidade de competição – Inexigibilidade de licitação

Consultas - Tribunais de Contas

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**

Consulta – Possibilidade de a Administração Pública, fundamentadamente, não exigir no edital de licitação alguns documentos previstos no artigo 31, da Lei nº 8.666/93 – Certidão negativa de falência ou concordata – Possibilidade de restringir a participação de empresas em recuperação judicial – Possibilidade de participação da empresa, desde que o juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração pública, levando em consideração o objeto a ser contratado

◆ **Tribunal de Contas da União**

Consulta – TCU – Limites legais para alterações contratuais – Pedido de extensão de modulação temporal realizada em outras decisões – Conhecimento – Considerações possibilidade de compensação entre supressões e acréscimos em contratos que visem a garantir o interesse público primário – Necessidade da adoção de controles para mitigar riscos

Ementário

- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Contratação Direta
- ◆ Contrato Administrativo
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Convênio
- ◆ Licitação

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Contratação Direta
- ◆ Orçamento Público
- ◆ Penal e Processual Penal

Legislação Comentada

- ◆ Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 77)

Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação